

PEP 2022 – 2ª AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO
FICHA AUXILIAR DE CORREÇÃO
(UMA SOLUÇÃO)

HISTÓRIA

1ª QUESTÃO (Valor 6,0)

Comparar a política externa brasileira do Primeiro Reinado (1822 - 1831) com a da República Velha (1889 - 1930), de acordo com os seguintes fatores de comparação: apoio externo, diplomacia, beligerâncias, expansão territorial e resultados para a nação, **concluindo** sobre o papel do Brasil junto à América Latina.

1. MÉTODO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO		Obs
<u>Introdução</u> (10% a 15%) Identificação do objeto correto	M1	Abordagem da ideia central.		
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo		
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento		
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.		
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.		
	M6	Ligação com o desenvolvimento.		
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO		Obs
<u>Desenvolvimento</u> (55% a 70%) Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto	M7	Divisão da solução em introdução, desenvolvimento e conclusão.		
	M8	Divisão do todo em partes coerentes.	Totalmente.	
			Mais da metade das partes está coerente com o todo.	
			Menos da metade das partes está coerente com o todo.	
			Divisão sem coerência.	
	M9	Comparação dos objetos obedecendo aos mesmos referenciais (fatores de comparação).	Totalmente.	
			Empregou mais da metade dos referenciais corretamente.	
			Empregou menos da metade dos referenciais corretamente.	
			Não empregou os referenciais corretamente.	
	M10	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Totalmente.	
			Atendimento em mais da metade das ideias.	
			Atendimento em menos da metade das ideias.	
			Não atendimento das ideias.	
	M11	Comparação das ideias com ligação de causa e efeito.	Totalmente.	
			Mais da metade das ideias com ligação.	
			Menos da metade das ideias com ligação.	
			Ideias sem ligação.	
	M12	Elaboração das conclusões parciais.	De forma dedutiva.	
			Limitando-se a resumir.	
			Não elaborou as conclusões parciais.	
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO		Obs
<u>Conclusão</u> (20% a 30%) Compreensão do nível de desempenho	M13	Retomada da ideia central (sob novo enfoque).		
	M14	Elaboração da síntese coerente com as conclusões parciais.	Com as ideias essenciais e de forma dedutiva.	
			Parcialmente com as ideias essenciais.	
			Não elaborou a síntese ou limitou-se a resumir.	
	M15	Conclusão baseada nos aspectos desenvolvidos (lógica).	Na conclusão, todas as ideias têm suporte na introdução ou no desenvolvimento.	
			Na conclusão, mais da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento.	
			Na conclusão, menos da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento	
			Ideias sem suporte.	
M16	Elaboração do parágrafo conclusivo.			
MÉTODO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)				

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs
<u>Introdução</u> (10% a 15%) Algumas ideias	C1	A política externa brasileira evoluiu ao longo de sua trajetória influenciada por fatores políticos, econômicos e culturais que moldaram a construção da Nação e modificaram a forma de relacionamento do Brasil com outros países.	
	C2	Dois momentos da história foram marcantes para as relações internacionais do Brasil: o Primeiro Reinado, período em que D. Pedro I governou como Imperador, entre 7 de setembro de 1822, data em que proclamou a independência do Brasil, e 7 de abril de 1831, quando abdicou do trono brasileiro; e a República Velha (de 1889 a 1930), período que ficou marcado pelo domínio de uma elite econômica representada pelos grandes proprietários de terra (as oligarquias) que controlavam a política do Brasil, por meio de esquemas de troca de favores.	
	C3	Nesses dois períodos, a política externa brasileira foi influenciada por fatos históricos significantes. No caso do Primeiro Reinado, o Brasil passou a ser uma nação independente, livre do colonialismo de Portugal, e buscou o estabelecimento de novas relações políticas e econômicas independentes. Da mesma forma, em 1889, com a Proclamação da República, estabeleceu relações políticas e comerciais diferenciadas, tendo em vista a nova forma de governo adotada.	
	C4	A importância da América Latina para o Brasil foi crescendo com o tempo. O Brasil independente, com sua imensa costa voltada para o Oceano Atlântico, tinha suas principais ligações com a Europa, principalmente com Portugal, Inglaterra e França. O afastamento do Brasil de seus vizinhos latino-americanos era decorrente das diferenças culturais de origem colonial e dos grandes obstáculos geográficos (como a Cordilheira dos Andes e a região Amazônica). Com o tempo, essas diferenças foram diminuindo e a região passou a ter considerável protagonismo para a política externa brasileira.	
	C5	A seguir, será comparada a política externa brasileira no Primeiro Reinado com a da República Velha, de acordo com os seguintes fatores: apoio externo, diplomacia, beligerâncias, expansão territorial e resultados para a Nação, concluindo sobre o papel do Brasil junto à América Latina.	
	C6	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO	Obs
<u>Desenvolvimento</u> (55% a 70%) Ideias		a. A política externa brasileira no Primeiro Reinado (1822 – 1831)	
	C7	1) Apoio externo O Brasil necessitava do reconhecimento de sua independência de Portugal, em 1822, para regularizar o seu comércio exterior, principalmente com os países europeus e com seus vizinhos. O primeiro país a reconhecer a emancipação foram os Estados Unidos, em 1824, por terem interesses econômicos e por causa da Doutrina Monroe (“a América para os americanos”). Os demais países da América Latina só deram apoio posteriormente , pois havia uma desconfiança em relação ao sistema de monarquia adotado pelo Brasil, considerando que esses países recém-emancipados adotaram a república como regime de governo. Mesmo assim, só o fizeram graças às concessões alfandegárias, o que acarretou a diminuição da arrecadação brasileira.	
	C8	2) Diplomacia Para obter o reconhecimento de sua emancipação, o Brasil viu-se obrigado a assinar tratados desfavoráveis a seus interesses , em troca da normalização das relações comerciais e diplomáticas. Da mesma forma, o governo brasileiro lançou mão de empréstimos externos a juros elevados , agravando a situação econômica do País. A Inglaterra passou a ter amplos privilégios comerciais no Brasil e, por isso, atuou diplomaticamente para que Portugal aceitasse a emancipação brasileira, o que ocorreu em 1825. O reconhecimento por Portugal abriu caminho para que outros países fizessem o mesmo e permitiu o estabelecimento das relações diplomáticas brasileiras, incluindo seus vizinhos da América Latina .	
	C9	3) Beligerâncias A diplomacia do recém-criado Império brasileiro não foi capaz de evitar a Guerra da Cisplatina (1825 a 1828) entre o Brasil e a Argentina , a qual resultou na independência da região e na criação de um novo país, a República Oriental do Uruguai. O esforço de guerra levou o País a enfrentar uma crise econômica, com aumento de impostos e inflação, gerando um descontentamento cada vez maior com o governo imperial. Além disso, a perda da Cisplatina recrudesceu conflitos internos que colaboraram com a decisão de D Pedro I de abdicar do trono brasileiro.	

Desenvolvimento (55% a 70%) Ideias	C10	4) Expansão territorial No Primeiro Reinado, o Brasil não expandiu seu território . Pelo contrário, perdeu a região da Cisplatina, que se tornou independente e formou o atual estado do Uruguai, após três anos de luta e sacrifícios financeiros que arrecadaram saldos negativos à monarquia, pois serviram para ativar as oposições internas. Além disso, os conflitos no Sul fizeram surgir um sentimento de desconfiança quanto às intenções expansionistas do Império brasileiro e geraram animosidades com seus vizinhos da América do Sul .	
	C11	5) Resultados para a Nação A emancipação do Brasil, e as ações diplomáticas decorrentes, implicaram na substituição da forte influência de Portugal pelo domínio da Inglaterra , secundada por outros países europeus. Apesar de independente, o Brasil permaneceu com forte influência europeia, em detrimento das relações com seus vizinhos do continente americano . Da mesma forma, no campo econômico, o País se reajustou à ordem econômica internacional e não mais seguiu o monopólio colonial.	
		Conclusão parcial	
	C12	Conclui-se parcialmente que a política externa do Brasil, durante o Primeiro Reinado (1822 a 1831), foi pouco atuante e permitiu que o Brasil fosse prejudicado em diversos acordos comerciais em troca do reconhecimento de sua independência, além do fracasso que conduziu à Guerra da Cisplatina. Apesar disso, estabeleceu as primeiras relações diplomáticas e comerciais do Brasil com diversos países, principalmente com os países europeus, que se identificavam com o regime monárquico. Entretanto, não tinha interesse em se aproximar dos países vizinhos da América Latina .	
		b. A política externa brasileira na Velha República (1889 a 1930) e comparação	
	C13	1) Apoio externo De forma semelhante ao Primeiro Reinado , o início da república teve uma política externa voltada para o reconhecimento da nova forma de governo. Tal posicionamento favorável foi obtido aos poucos pela Argentina, Uruguai, Chile, Estados Unidos e Inglaterra. Posteriormente, outros países europeus e da América Latina reconheceram a República do Brasil, apesar das desconfianças relacionadas à instabilidade política brasileira à época. Outro aspecto fundamental foi a maior aproximação com os Estados Unidos, diferentemente da distância anterior mantida pelo Império brasileiro, que buscava a aproximação com as monarquias europeias.	
	C14	2) Diplomacia Diferentemente da política externa do Primeiro Reinado , a diplomacia brasileira durante a República Velha foi bastante atuante , buscando aproximar-se dos Estados Unidos e dos países da América Latina e afastar-se da forte influência europeia dos tempos imperiais. Desta forma, foi responsável pela resolução de uma série de questões de fronteira, entre elas a Questão do Amapá, a Questão do Acre, a Questão de Pirara e a Questão de Palmas. Além disso, diversos tratados de fronteiras foram assinados, definindo os limites físicos entre o Brasil e seus vizinhos de maneira pacífica. Destacaram-se as atuações do Barão do Rio Branco, de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco, Ministros das Relações Exteriores do Brasil em diversos momentos. A diplomacia brasileira, nesse período, concentrou-se também nas questões econômicas, buscando apoiar a comercialização do principal produto brasileiro (o café), aproximando-se dos Estados Unidos, em detrimento da Inglaterra, e iniciando tratativas dentro de um incipiente ambiente multilateral.	
	C15	3) Beligerâncias Em 1914, no início da Primeira Guerra Mundial , o Brasil se manteve neutro. Entretanto, após o afundamento de navios comerciais brasileiros, o Brasil declarou guerra à Tríplice Aliança (Alemanha, Itália e Império Turco-Otomano) e posicionou-se ao lado da Tríplice Entente (Rússia, Inglaterra e França). A participação do Brasil foi pequena, com o envio de navios da Marinha do Brasil, pilotos de avião e unidades de saúde. Entretanto, o posicionamento do Brasil como um aliado beligerante na Primeira Guerra Mundial trouxe uma série de vantagens para o país, diferentemente da Guerra da Cisplatina que trouxe prejuízos ao Primeiro Reinado de D Pedro I . Após a Primeira Guerra Mundial, o País passou a ser um membro da Sociedade das Nações; a Inglaterra, a França e a Itália passaram a ter embaixadas no Rio de Janeiro; e o Brasil passou a receber apoio tecnológico-militar da França e dos EUA (com destaque para a Missão Militar Francesa e a Missão Naval Norte-americana). Além disso, os Estados Unidos passaram a ser o principal parceiro comercial do Brasil.	

Desenvolvimento (55% a 70%) Ideias	C16	4) Expansão territorial Durante a República Velha, o Brasil obteve o reconhecimento da soberania sobre centenas de milhares de quilômetros quadrados de sua atual superfície. As resoluções favoráveis ao Brasil nas questões fronteiriças no Amapá (com a França), em Palmas (com a Argentina), na região de Pirara (com a Inglaterra), entre outras regiões, permitiram o acréscimo do território brasileiro, diferentemente do Primeiro Reinado quando houve a perda da Cisplatina. Destaca-se o Tratado de Petrópolis, assinado em 1903 pela Bolívia e o Brasil, o qual formalizou a incorporação do território do atual estado do Acre pelo Brasil.	
	C17	5) Resultados para a Nação De forma muito semelhante ao período do Primeiro Reinado, quando a forte influência de Portugal foi substituída pela Inglaterra, durante a República Velha ocorreu uma mudança de influência internacional sobre o Brasil. A aproximação com os Estados Unidos, no início da república brasileira, afastou a forte influência inglesa dos tempos imperiais. Por outro lado, as questões de limites com nossos vizinhos, que não tinham sido resolvidas no tempo do Império, tiveram solução na Primeira República e permitiram uma definição da extensão do território. Ocorreu, ainda, a ampliação das relações com os países da América Central e Caribe, profundamente incipientes na época do Primeiro Reinado.	
		Conclusão parcial	
	C18	Conclui-se parcialmente que, diferentemente da política externa executada durante o Primeiro Reinado, as relações internacionais do Brasil na República Velha (1889 a 1930) foram bastante atuantes e eficientes. Graças às figuras marcantes de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e o Barão do Rio Branco, o Brasil manteve intensas relações com outros países, tanto latino-americanos, quanto europeus e asiáticos, obtendo soluções pacíficas favoráveis para as questões de limites territoriais, por meio de uma diplomacia atuante, ocasionando uma grande projeção do Brasil no cenário internacional.	
	C19	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO	Obs
Conclusão (20% a 30%) Ideias	C20	A política externa brasileira exerceu importante papel no Primeiro Reinado (1822 -1831) e na República Velha (1889 – 1930), momentos em que ocorreram mudanças internas estruturais que motivaram a necessidade do incremento de relações diplomáticas com outros países.	
	C21	Em síntese, pode-se afirmar que a diplomacia brasileira foi evoluindo ao longo da história, sendo menos atuante e eficaz no Primeiro Reinado (1822 - 1831) se comparada à política externa exercida durante a República Velha (1889 - 1930). Enquanto nos primeiros anos da história do Brasil independente, a política externa esteve voltada para o seu reconhecimento das nações europeias de regimes monárquicos e pelos conflitos na região platina, no início da República foram ampliadas as relações internacionais, solucionadas questões fronteiriças com países vizinhos e realizados acordos comerciais favoráveis ao País, especialmente com os Estados Unidos e com os países da América Latina.	
	C22	Em relação ao papel do Brasil junto à América Latina, conclui-se que havia um afastamento natural do Brasil no início de sua história, uma vez que foi colonizado por Portugal e formou um império após sua independência. A política externa do Império brasileiro se identificava mais com as nações europeias (por ser uma monarquia) do que o seu entorno. A transição do Império para a República, com destaque para o desempenho de figuras como o Barão do Rio Branco, ocasionou o surgimento de um “americanismo idealista”, no lugar de um “europeísmo monárquico” e permitiu uma maior aproximação do Brasil com seus vizinhos da América Latina, por meio de uma aproximação estratégica com os Estados Unidos e pela presença brasileira em fóruns multilaterais.	
	C23	Por fim, pode-se concluir que a política externa brasileira foi marcante em ambos os momentos da história do Brasil. Porém, foi na República Velha (1889 - 1930) que o País consolidou seus fundamentos, utilizando-se de sua grandeza territorial, de sua economia e de sua geopolítica, como meios para aproximar-se da América Latina e ocupar o seu papel de líder regional.	
	C24	Outras ideias julgadas pertinentes.	
CONHECIMENTO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)			

3. EXPRESSÃO ESCRITA

PARÂMETRO	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS	Obs
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	A1: Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente.	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	B1: Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo.	C1: É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto.	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	
(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	D1: Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	
(E) CORREÇÃO GRAMATICAL	E1: Ortografia.	
	E2: Pontuação.	
	E3: Concordância.	
	E4: Regência.	
EXPRESSÃO ESCRITA – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)		

RESULTADO DA QUESTÃO	
MENÇÃO OBTIDA NA QUESTÃO (E-MB-B-R-I)	

2ª QUESTÃO (Valor 4,0)

Apresentar aos principais fatos e eventos ocorridos durante o período do Segundo Reinado (1840–1889), nas expressões política e econômica, **destacando** as consequências para a vida política nacional.

1. MÉTODO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs
Introdução (10% a 20%) Identificação do objeto correto	M1	Abordagem da ideia central.	
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo	
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento	
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.	
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.	
	M6	Ligação com o desenvolvimento.	

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO		Obs
Desenvolvimento (80% a 90%) Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto	M7	Divisão da solução em introdução e desenvolvimento.		
	M8	Atendimento da imposição da servidão (citação e justificativa das ideias ou somente justificativa).	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
	M9	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
	M10	Citação e justificativa das ideias com ligação de causa e efeito.	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
	M11	Atendimento da imposição do destaque	Em todas as ideias.	
Em mais da metade das ideias.				
Em menos da metade das ideias.				
Em nenhuma das ideias.				
MÉTODO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)				

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs
Introdução (10% a 20%) Algumas ideias	C1	O Segundo Reinado foi o período no qual o Brasil foi governado pelo Imperador D Pedro II, sendo caracterizado por mudanças marcantes na política e na economia do País.	
	C2	Tal fase da história do Brasil se estendeu desde o fim do Período Regencial (1840) até a Proclamação da República (1889). Teve como principais personagens políticos os monarquistas conservadores, os liberais, os militares positivistas, os republicanos e os abolicionistas, que disputaram o poder durante todo o período, tentando impor seus ideais.	
	C3	O período Regencial que antecedeu o Segundo Reinado foi de grande instabilidade política. A partir de 1831, com a abdicação ao trono por D Pedro I em favor do seu filho Pedro de Alcântara, que tinha apenas 5 anos, o Brasil foi marcado por revoltas provinciais, de norte a sul do Brasil. A Constituição de 1824 impunha que o novo imperador só poderia assumir o trono com 18 anos de idade. Assim sendo, enquanto o herdeiro não alcançava a maioridade, o Brasil foi governado por regentes e sofreu com os constantes conflitos internos.	
	C4	O Segundo Reinado pode ser dividido em três períodos. O primeiro, de 1840 a 1850, é chamado de “consolidação” quando D Pedro II começou a se firmar como Imperador e conciliar os diversos interesses dos grupos políticos da época. O segundo período, conhecido como “auge” do Segundo Reinado, é caracterizado pela estabilidade política e um crescimento do prestígio do Imperador, entre 1850 e 1870. E, por fim, o terceiro período, do “declínio” do Segundo Reinado, de 1870 a 1889, a partir da Guerra do Paraguai, com a queda do prestígio do Imperador e o início de movimentos de contestação da monarquia.	
	C5	A seguir, serão apresentados os principais fatos e eventos ocorridos durante o Segundo Reinado (1840 – 1889), nas expressões política e econômica, destacando as consequências para a vida política nacional.	
	C6	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO	Obs
Desenvolvimento (80% a 90%) Algumas ideias	C7	a. O Golpe da Maioridade (1840) O Golpe da Maioridade consistiu em uma manobra liderada pelos políticos liberais para permitir que D. Pedro II assumisse o trono brasileiro com apenas 14 anos (a lei brasileira só permitia com 18 anos), dando início ao Segundo Reinado. A ascensão de Dom Pedro II ao trono aconteceu oficialmente em 1840, como consequência das constantes disputas provinciais. Com um imperador coroado, o Poder Moderador poderia ser exercido novamente, garantindo assim a ordem interna do Império brasileiro.	

Desenvolvimento (80% a 90%) Algumas ideias	C8	b. O parlamentarismo às avessas e o Poder Moderador Com o Golpe da Maioridade e a coroação de Dom Pedro II, o Poder Moderador voltou a ser exercido, consolidando-se a centralização política e o fortalecimento da figura do Imperador, que poderia interferir no Conselho de Estado e dissolver o Parlamento. Isso era o oposto do que era realizado pela Monarquia britânica, na qual o rei não interferia nas atividades parlamentares. Por esse motivo, a forma como o Imperador poderia exercer seu Poder Moderador ficou conhecida como o “parlamentarismo às avessas”.	
	C9	c. A expansão da cafeicultura O Império viveu um período de estabilidade a partir de 1850, com a expansão da economia cafeeira. Desenvolvendo-se principalmente no Sudeste (Rio de Janeiro, Minas e São Paulo), a cafeicultura forneceu uma sólida base econômica para o domínio dos grandes proprietários, barões do café do vale do Paraíba e do Oeste paulista, favorecendo a consolidação do Estado brasileiro. A expansão da malha ferroviária e a mão de obra escrava foram fundamentais para o sucesso da atividade no mercado internacional. Entretanto, a economia do café não alterou a sociedade herdada do período da colonização. Ao contrário, reforçou a escravidão, a grande propriedade, a monocultura e a produção voltada para o exterior.	
	C10	d. A expansão ferroviária O crescimento da plantação do café nas terras roxas paulistas, extremamente férteis, necessitava de melhorias em suas formas de escoamento da produção. Para tal, as ferrovias foram sendo construídas com financiamento privado dos cafeicultores e se expandindo rapidamente. A substituição do transporte por mulas pelo transporte ferroviário deu um ganho enorme de competitividade ao café brasileiro, gerando superávits constantes na balança comercial do País.	
	C11	e. A Tarifa Alves Branco (1844) A Tarifa Alves Branco representou uma medida significativa para a economia brasileira, ao aumentar as taxas alfandegárias de 15% para 30%, criando um crescimento na arrecadação do Estado e permitindo novos investimentos públicos. A medida do Ministro Alves Branco acabou por incentivar a produção industrial brasileira , já que os custos para substituição das importações pela instalação de pequenas fábricas eram bem mais atraentes.	
	C12	f. Bill Aberdeen (1848) Bill Aberdeen foi uma lei inglesa aprovada pelo Parlamento britânico, em 1848, que autorizava a Marinha inglesa a aprisionar navios de tráfico escravo, no oceano Atlântico. Tal medida deveu-se à passividade do governo brasileiro que considerava o tráfico de escravos fundamental para a economia do País. Com a execução da lei britânica, o negócio do tráfico começou a perder atratividade e, após sérias ameaças inglesas, o governo brasileiro promulgou a Lei de Extinção do Tráfico ou Lei Euzébio de Queirós (1850).	
	C13	g. A lei Euzébio de Queiroz (1850) A lei Euzébio de Queiroz extinguiu, definitivamente, o tráfico de escravo no País. Apesar da reação de políticos e grandes latifundiários, o Império teve que implementar efetivas medidas para a execução da lei e o tráfico negreiro foi reduzido aos poucos. O fim do tráfico de escravos liberou recursos financeiros que foram redirecionados para a aplicação no mercado interno e atraiu imigrantes, que passaram a substituir a mão de obra escrava.	
	C14	h. Visconde de Mauá e a modernização da economia (1830 a 1873) A Tarifa Alves Branco, a abolição do tráfico negreiro e a ascensão do café estimularam a economia e motivaram uma onda de investimentos no País. Surgiram novas empresas e indústrias em diversos setores: bancos, companhias de navegação a vapor, companhias de seguro, empresas de mineração, de transporte urbano, de gás, estradas de ferro, entre outras. Destacou-se, na época, o empresário Visconde de Mauá, pela ousadia de seus empreendimentos em diversos setores. A modernização da economia e as ações de Mauá fizeram surgir uma mentalidade empreendedora e capitalista no Brasil.	

Desenvolvimento (80% a 90%) Algumas ideias	C15	i. Os conflitos no Prata e a Guerra do Paraguai (1865 a 1870) No Segundo Reinado, a região do Rio da Prata foi palco de disputas entre os países fronteiriços ao Brasil naquela região (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia). A Guerra do Paraguai foi um conflito travado entre 1865 e 1870. Nessa guerra, Brasil, Argentina e Uruguai, por meio da Tríplice Aliança, lutaram contra o Paraguai, governado por Solano López. O Brasil venceu esse conflito. Porém, a guerra gerou um forte impacto na economia, uma vez que os gastos do Brasil foram 11 vezes o orçamento anual do país em 1864. O governo brasileiro saiu bastante endividado, sobretudo com bancos ingleses, em decorrência dos empréstimos feitos para financiar o conflito. A guerra também fortaleceu o Exército como instituição e marcou o início da decadência da monarquia.	
	C16	j. O fim da escravidão O Brasil foi um dos últimos países a acabar com a escravidão. Diante do fato de que a abolição era inevitável, o Império optou pelo gradualismo. Em 1871, a Lei do Ventre Livre declarou livres todos os filhos de escravos e, em 1885, a Lei dos Sexagenários estabeleceu a liberdade dos escravos com mais de 60 anos de idade. Somente em 1888, a princesa Isabel, na ausência do Imperador, promulgou a Lei Áurea, declarando extinta a escravidão no Brasil. O fim da escravidão lançou a população negra recém-liberta, sem educação e sem preparo intelectual, em uma situação de miséria, além de desgastar politicamente o Império, diante de uma classe dominante contrária à abolição.	
	C17	k. O incremento da imigração Com o fim da escravidão, foi intensificada a vinda de imigrantes estrangeiros (principalmente italianos) para trabalhar nas fazendas de café, principalmente de São Paulo, tendo em vista que, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, a transição para o trabalho assalariado privilegiou os locais brasileiros. A imigração trouxe melhorias técnicas que foram introduzidas na produção do açúcar e do café, além de novos traços culturais, que foram assimilados pela sociedade brasileira.	
	C18	l. A questão militar A questão militar foi uma sucessão de desentendimentos públicos entre militares do Exército Brasileiro e autoridades da Monarquia, ocorridos entre 1883 e 1889, que culminou com o fortalecimento da campanha republicana. Com o crescimento de sua importância, após a Guerra do Paraguai, os militares passaram a expressar suas queixas, ao mesmo tempo em que o ideal positivista republicano era difundido internamente, sob a liderança de Benjamim Constant. A crise conduziu o Exército a se afastar do Imperador, favorecendo a difusão do ideal republicano.	
	C19	m. A questão religiosa A questão religiosa foi um conflito entre a Igreja Católica e a Maçonaria, que teve sérios reflexos para o Império brasileiro. Os bispos de Olinda e de Belém foram presos, por ordem do Imperador, por executarem as determinações do Papa no sentido de proibir padres e fiéis a fazerem parte da Maçonaria, instituição condenada pelo catolicismo. A prisão dos bispos foi uma afronta à Igreja, ferindo a religiosidade popular, e ocasionou o término do apoio da Igreja ao Império brasileiro.	
	C20	n. A questão abolicionista O processo abolicionista que culminou com o fim da escravidão, em 1888, corroe o apoio dos escravistas ao Império. Muitos proprietários de latifúndios, possuidores de grandes investimentos financeiros em mão de obra escrava, ficaram insatisfeitos e passaram a fazer oposição ao regime monárquico. Sem o apoio dos latifundiários escravocratas, o Império perdeu força política contra o movimento republicano cada vez mais forte.	
	C21	o. O isolamento da Monarquia e a Proclamação da República Em julho de 1889, a grave crise gerada pelas questões militar, religiosa e escravagista, isolou politicamente o Império, motivando-o a lançar um programa amplamente reformista. Tal programa foi apresentado à Câmara e, sendo rejeitado, levou o governo imperial a decretar a dissolução da Câmara. O impasse político gerou um clima de intensa agitação na capital, que desembocou na deposição do Imperador D Pedro II e na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.	
	C22	Outras ideias julgadas pertinentes.	
CONHECIMENTO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)			

3. EXPRESSÃO ESCRITA

PARÂMETRO	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS	Obs
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	A1: Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente.	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	B1: Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositas (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo.	C1: É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto.	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	
(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	D1: Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	
(E) CORREÇÃO GRAMATICAL	E1: Ortografia.	
	E2: Pontuação.	
	E3: Concordância.	
	E4: Regência.	
EXPRESSÃO ESCRITA – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)		

RESULTADO DA QUESTÃO	
MENÇÃO OBTIDA NA QUESTÃO (E-MB-B-R-I)	

ORIENTAÇÕES GERAIS

O avaliador deverá fazer as observações que julgar pertinentes na própria prova e no espaço abaixo, de maneira a orientar o estudo do aluno no PEP.

A prova deverá ser corrigida por menções (E-MB-B-R-I) em cada uma das partes que a constituem, formulando-se uma avaliação geral por questão, de modo a facilitar o direcionamento do estudo do aluno para que realize uma prova equilibrada.

Algumas ideias são sugeridas para balizar a avaliação do conhecimento a ser feita pelo orientador.

No que se refere ao MÉTODO, as considerações a serem feitas pelo Avaliador deverão estar de acordo com o prescrito na Publicação de MÉTODO, do CP/CAEM.

Para uma melhor preparação quanto à Expressão Escrita, sugere-se ao aluno do PEP enviar sua prova para um professor de Português.

A divisão do item “Desenvolvimento” em partes ou itens coerentes, no ND análise deve ser encarada de forma específica, admitindo-se várias formas de solução, de acordo com o pedido formulado.

OBSERVAÇÕES JULGADAS PERTINENTES PARA A ORIENTAÇÃO

[illegible]